

MUNICÍPIO DE MAÇÃO
PROTEÇÃO DE DADOS E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

FICHA DE INFORMAÇÃO SOBRE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS
REUNIÕES E ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS
cm-macao.protecaodedados.pt/p/informacao/

IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO	
Referência	#PEPD - 0421-20260302 - @CM-Macao - FITD - Reuniões e Assembleias
Classificação	Documento Público
Data de Elaboração	2 de março de 2026
Versão	1.0 – Março de 2026
Autor	Encarregado da Proteção de Dados
Destinatário	Publicação na Plataforma de Proteção de Dados Municipal

O Município de Mação procede, no exercício das suas atribuições, a atividades de gestão das inscrições, participações e intervenções nas reuniões públicas da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal de Mação, com tratamento dos dados pessoais dos participantes e, em geral, de todas as pessoas interessadas, de acordo com as normas aplicáveis em matéria de proteção de dados, designadamente o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), a Lei de Execução do RGPD (LERGPD), a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais) e demais legislação aplicável, segundo os seguintes parâmetros:

1. Responsável pelo Tratamento

Município de Mação (doravante designado por Município ou CM-Mação), pessoa coletiva de direito público com o NIPC 506 814 343, com sede na Rua Padre António Pereira Figueiredo, 6120-750 Mação, telefone (+351) 241 577 200, correio eletrónico geral@cm-macao.pt e sítio eletrónico www.cm-macao.pt.

2. Contactos do Encarregado da Proteção de Dados

O Município de Mação designou um Encarregado da Proteção de Dados (EPD) externo, nos termos do artigo 37.º, n.º 6, do RGPD, estando disponível através do endereço de correio eletrónico institucional protecaodedados@cm-macao.pt, do endereço direto manuel.melo@dataprotectionofficer.pt, do telemóvel (+351) 911 879 220 e do telefone geral (+351) 213 243 750. O Encarregado da Proteção de Dados pode igualmente ser contactado presencialmente, mediante agendamento prévio, na sede do Município, ou através da Plataforma de Proteção de Dados Municipal em cm-macao.protecaodedados.pt/p/suporte/.

3. Categorias de Titulares de Dados

Participantes, intervenientes e assistentes nas reuniões públicas da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal de Mação, incluindo membros do Executivo Municipal, membros da Assembleia Municipal, presidentes de junta de freguesia, cidadãos que exercem o direito de participação nas sessões, representantes de entidades convidadas, jornalistas e demais pessoas presentes nas reuniões.

4. Dados Pessoais a Tratar

Categorias gerais de dados pessoais dos participantes ou interessados, tais como dados de identificação (nome completo, número de identificação civil), dados de contacto (morada, endereço de correio eletrónico, número de telefone) e dados referentes às intervenções nas reuniões, designadamente o conteúdo das intervenções orais para efeitos de elaboração de atas.

Sempre que as reuniões sejam objeto de gravação de imagem e som, ou de transmissão em linha (streaming), são tratadas categorias especiais de dados pessoais, designadamente dados biométricos relativos à imagem e à voz das pessoas presentes e intervenientes, quando tal tratamento seja considerado necessário, proporcional e adequado à prossecução das finalidades de transparência, informação pública e elaboração de atas.

5. Contexto e Finalidade do Tratamento

Os dados pessoais são tratados para as seguintes finalidades: gestão das inscrições e participações nas reuniões; registo e gestão das intervenções dos participantes; elaboração, aprovação e arquivo das atas das reuniões; garantia da transparência e do direito de acesso à informação pública sobre as atividades dos órgãos municipais; transmissão em linha (streaming) das reuniões quando aplicável, para efeitos de participação cidadã e de transparência democrática; publicação das atas e deliberações nos termos da lei; e cumprimento das obrigações legais decorrentes do Regime Jurídico das Autarquias Locais.

6. Fundamento Jurídico

O tratamento dos dados tem como fundamento o cumprimento de obrigações jurídicas a que o Município está sujeito, designadamente as decorrentes da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do Regimento da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal (artigo 6.º, n.º 1, alínea c), do RGPD); o exercício de funções de interesse público, designadamente a garantia de transparência e de acesso à informação sobre as atividades dos órgãos municipais (artigo 6.º, n.º 1, alínea e), do RGPD); e, quando aplicável ao tratamento de imagem e voz, o consentimento expresso do titular dos dados (artigo 6.º, n.º 1, alínea a), do RGPD), sem prejuízo de as reuniões públicas serem, por natureza, abertas à participação e observação dos cidadãos.

7. Consequências do Não Fornecimento dos Dados

A participação nas reuniões públicas da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal implica necessariamente a recolha de dados mínimos de identificação para efeitos de registo de presenças e elaboração de atas. Sempre que as reuniões são gravadas ou transmitidas em linha, a presença na sala implica a captação da imagem e voz dos participantes. Quando o fundamento do tratamento da imagem e voz é o consentimento, o participante que não autorize a captação da sua imagem e voz será informado sobre as condições de participação e as alternativas disponíveis, sem afetar o seu direito de assistir à reunião.

8. Destinatários

As atas das reuniões, incluindo o registo das intervenções e deliberações, são objeto de publicação nos termos da Lei n.º 75/2013 e podem ser disponibilizadas para consulta pública. As transmissões em linha das reuniões são acessíveis ao público durante a sua realização e podem ficar disponíveis em arquivo acessível no sítio eletrónico do Município, nos termos do Regimento aplicável. Os dados pessoais são tratados internamente pelos trabalhadores do Município envolvidos no apoio administrativo aos órgãos municipais, vinculados a obrigações de confidencialidade.

9. Transferências Internacionais

[Quando a transmissão em linha das reuniões é realizada através de plataformas de terceiros (YouTube, Facebook Live), os dados de imagem e voz podem ser transferidos para países fora do Espaço Económico Europeu, estando estas transferências sujeitas às políticas de privacidade das respetivas plataformas e às garantias previstas no RGPD.]

10. Medidas de Segurança

Estão implementadas as medidas de segurança técnicas e organizativas adequadas para assegurar um nível de segurança do tratamento dos dados adequado ao risco, incluindo controlos de acesso aos sistemas de gravação, procedimentos de eliminação segura de gravações quando aplicável, e medidas de proteção dos arquivos de atas e deliberações.

11. Local de Recolha de Dados

Os dados são recolhidos nos locais de realização das reuniões (Sala de Sessões dos Paços do Concelho ou outros locais designados), através de formulários de registo de presenças e inscrições para intervenção, e através dos sistemas de captação de imagem e som instalados nas salas de reuniões.

12. Prazo de Conservação

As atas das reuniões da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal são conservadas pelo período legalmente exigido, podendo constituir documentação de arquivo permanente nos termos da regulamentação arquivística aplicável à administração pública. As gravações de imagem e som realizadas para efeitos de elaboração de atas são conservadas até à aprovação da versão final das respetivas atas, sendo apagadas após a sua aprovação, salvo quando exista consentimento expresso para conservação por período superior ou quando a sua conservação seja necessária para efeitos de transparência e acesso à informação pública. As transmissões em linha (streaming) podem ficar disponíveis em arquivo digital no sítio eletrónico do Município, [nos termos do Regimento aplicável].

13. Comunicação de Dados e Decisões Automatizadas

As atas, deliberações e transmissões das reuniões são objeto de publicação e divulgação pública nos termos da lei, conforme indicado na secção relativa aos destinatários. Não são realizadas operações de interconexão de dados pessoais nem decisões automatizadas.

14. Direitos do Titular dos Dados

O titular dos dados tem o direito de solicitar ao Município de Mação, nos termos e condições previstos no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, o acesso aos seus dados pessoais, incluindo o direito de obter confirmação de que os dados que lhe digam respeito são ou não objeto de tratamento e, se for esse o caso, o acesso aos dados e a informações sobre o tratamento (artigo 15.º do RGPD); a retificação dos dados pessoais inexatos ou a completude de dados incompletos (artigo 16.º do RGPD); o apagamento dos dados pessoais, quando se verificarem os fundamentos legalmente previstos (artigo 17.º do RGPD); a limitação do tratamento quando se verificarem os fundamentos legalmente previstos (artigo 18.º do RGPD); a portabilidade dos dados, consistindo no direito de receber os dados pessoais que lhe digam respeito num formato estruturado, de uso corrente e de leitura automática, e o direito de transmitir esses dados a outro responsável pelo tratamento, quando tecnicamente possível (artigo 20.º do RGPD); a oposição ao tratamento dos seus dados pessoais quando este se basear em interesses legítimos do responsável pelo tratamento ou de terceiros, incluindo a oposição ao tratamento para efeitos de marketing direto (artigo 21.º do RGPD); quando o tratamento se basear no consentimento, o direito de retirar o consentimento a

qualquer momento, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado (artigo 7.º, n.º 3, do RGPD); e o direito de não ficar sujeito a nenhuma decisão exclusivamente baseada no tratamento automatizado, incluindo a definição de perfis, que produza efeitos na sua esfera jurídica ou que o afete significativamente de forma similar (artigo 22.º do RGPD).

Para exercer qualquer destes direitos, o titular dos dados deve dirigir-se ao Encarregado da Proteção de Dados através dos contactos indicados na presente ficha informativa ou através dos formulários disponíveis em cm-macao.protecaodedados.pt/p/formularios/. O Município compromete-se a responder aos pedidos de exercício de direitos no prazo máximo de trinta dias a contar da receção do pedido, podendo este prazo ser prorrogado por mais sessenta dias se necessário, tendo em conta a complexidade e o número de pedidos, sendo o titular dos dados informado dessa prorrogação e dos respetivos motivos, nos termos do artigo 12.º, n.º 3, do RGPD.

15. Direito de Reclamação à Autoridade de Controlo

Sem prejuízo de qualquer outro recurso administrativo ou judicial, o titular dos dados tem o direito de apresentar reclamação à Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd), autoridade de controlo em matéria de proteção de dados pessoais em Portugal, nos termos do artigo 77.º do RGPD. Os contactos da CNPD são os seguintes: morada na Avenida D. Carlos I, n.º 134, 1.º, 1200-651 Lisboa; telefone (+351) 213 928 400; correio eletrónico geral@cnpd.pt; sítio eletrónico www.cnpd.pt. O Município incentiva os titulares dos dados a contactarem em primeiro lugar o Encarregado da Proteção de Dados para esclarecimento de dúvidas ou resolução de questões, sem prejuízo do direito de apresentar reclamação diretamente à autoridade de controlo.

16. Endereço para Exercício de Direitos

Para solicitar qualquer informação adicional sobre o tratamento de dados pessoais, apresentar reclamações, exercer direitos ou comunicar incidentes de segurança da informação, os titulares dos dados devem contactar o Encarregado da Proteção de Dados através do endereço de correio eletrónico institucional protecaodedados@cm-macao.pt, do endereço direto manuel.melo@dataprotectionofficer.pt, ou através do formulário específico para exercício de direitos disponível na Plataforma de Proteção de Dados Municipal em cm-macao.protecaodedados.pt/p/formularios/.

17. Política de Proteção de Dados

As operações de tratamento de dados pessoais pelo Município de Mação são realizadas de acordo com as Políticas de Privacidade e Proteção de Dados adotadas pelo Município, que se encontram disponíveis para consulta na Plataforma de Proteção de Dados Municipal em cm-macao.protecaodedados.pt/p/politicas/. A presente ficha informativa deve ser lida em conjunto com a Política de Proteção de Dados Geral do Município e constitui um instrumento de transparência e de cumprimento das obrigações de informação previstas nos artigos 13.º e 14.º do RGPD.

18. Alterações à Presente Ficha Informativa

O Município de Mação reserva-se o direito de alterar a presente ficha informativa sempre que tal se revele necessário ou apropriado, designadamente em resultado de alterações legislativas ou regulamentares, de

alterações nas práticas de tratamento de dados da organização, ou de recomendações ou orientações emitidas pelas autoridades de controlo. Sempre que sejam introduzidas alterações materiais que afetem significativamente os direitos dos titulares dos dados, será disponibilizada na Plataforma de Proteção de Dados Municipal uma versão atualizada com indicação clara da data da última revisão.

O Encarregado da Proteção de Dados

Manuel Melo

Encarregado da Proteção de Dados do Município de Mação

E-mail: protecaodedados@cm-macao.pt | manuel.melo@dataprotectionofficer.pt

Data da última atualização: março de 2026

Versão: 2026.03